

CÍCERO, Flaviana Maria. - Especialista em Educação Ambiental com Ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis pela Universidade Federal de São Paulo. Docente na Rede Estadual de Ensino de São Paulo.
LOPES, Mario Marcos*. - Docente do Centro Universitário Barão de Mauá, Coordenador Pedagógico na Rede Estadual de Ensino de São Paulo
*Autor para correspondência e-mail: lopesmmarcos@gmail.com

Recebido em: 07/08/2018
Aprovação final em: 15/11/2018

Doi: <https://doi.org/10.25061/2527-2675/ReBraM/2019.v22i1.454>

RESUMO: De acordo com as leis vigentes no Brasil, a Educação Ambiental deve ser trabalhada em todas as modalidades de ensino, por todas as disciplinas, através da transversalidade. Porém, alguns professores não tem a formação adequada para trabalhar o assunto ou simplesmente não acham importante, deixando-o de lado. Com a intenção de conhecer o olhar dos professores sobre a Educação Ambiental, foi realizada uma entrevista buscando compreender seus hábitos e dificuldades com o tema, orientando-os para a formação continuada.

PALAVRAS-CHAVE: Educação ambiental; transversalidade; formação continuada.

THE TEACHERS' VIEW ON ENVIRONMENTAL EDUCATION: TRACING PATHS AND POINTING OUT POSSIBILITIES

ABSTRACT: According to the current legislation in Brazil, Environmental Education must be worked in all areas of education, in all disciplines, by means of transversality. However, some teachers do not have the appropriate training to work on the subject or simply do not consider it important, leaving it aside. With the intention of getting to know the teachers' perspective on Environmental Education, an interview was carried out in order to understand their habits and difficulties about the theme, orienting them towards continuing education.

KEYWORDS: Environmental education; Transversality; Training.

INTRODUÇÃO

Segundo a Política Nacional de Educação Ambiental entendem-se por educação ambiental “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (artigo 1º).

Colaborando neste sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (BRASIL, 1997), trazem a inclusão de Temas Transversais, com a intenção de que as questões sociais e ambientais sejam apresentadas para a aprendizagem e a reflexão dos estudantes, trabalhando conteúdo ou temas relacionados a Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde e Orientação Sexual, de forma transversal ao currículo tradicional, que segundo Guerra (2006) pretende-se resgatar a dignidade da pessoa humana, a igualdade de direitos, a participação ativa na sociedade e a corresponsabilidade pela vida social.

Dessa forma, para que os problemas relacionados ao meio ambiente acabem ou diminuam, primeiramente é necessária uma mudança pessoal até chegarmos numa maior amplitude, com reflexos no planeta. Essa mudança pode começar com um simples gesto de não jogar um papel de bombom no chão ou quem sabe, até um grande movimento público em favor do Meio Ambiente (GUERRA, 2006).

Entretanto, para que essas mudanças ocorram é necessária que a comunidade entenda que ela faz parte de um todo, e que qualquer atitude que ela faça contra o meio ambiente pode resultar em más consequências futuras, que serão vividas por todos. O começo desse processo de mudança precisa de um agente formador, e aí entra o papel da escola, que conforme Lopes e Teixeira (2013, p.377) “constitui-se em um dos espaços privilegiados capaz de sensibilizar o cidadão a participar desse debate”. Guerra (2005, p. 513-514) aponta ainda sobre a importância da escola, “que além das maneiras formais de prática educativa, também está capacitada para formar forças eficazes de influenciar o comportamento das pessoas que estão à nossa volta”.

Porém, há uma dificuldade em trabalhar os temas transversais em sala de aula. Segundo Guerra e Gusmão (2004, p.11):

Nas escolas, o que torna o trabalho de implementação de um projeto de Educação Ambiental e de outros projetos de uma maneira geral, quase que impossível de ser realizado, são professores que acham que já estão velhos para mudar os seus métodos de trabalho, é a falta de apoio do corpo técnico, que não discute com os professores o que está se passando nas salas de aula etc. Os professores recebem apenas cobranças por parte do corpo técnico e dos pais, exigências do governo que impõe cursos de “reciclagem” mas depois não fornece meios para a manutenção das propostas abordadas no curso. Muitas destas propostas de trabalho são únicas, não levando em conta que cada escola possui uma identidade própria o que as inviabiliza.

Outro ponto que também é prejudicial na hora de trabalhar a transversalidade em Educação Ambiental é a ausência de formação inicial dos professores. Apesar de ser determinada na Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA (Lei 9.795/99), em seu artigo 9º que a Educação Ambiental deve ser ministrada em todos os níveis escolares do ensino formal, inclusive superior; estudos apontam a falta de cumprimento das normas legais pelos cursos superiores, inclusive na formação de professores.

Corroborando com essa questão Costa (2009, p. 183) afirma que:

À Educação Ambiental é precariamente abordada nos currículos, consoante com a realidade de diversas universidades, onde o tema mais aparece como iniciativa pessoal de determinados professores, fato que põe em risco a meta da Política Nacional da Educação Ambiental, de capilarização do tema no

sistema de ensino formal brasileiro.

Na visão de Gavidia (1998, p. 52):

Os educadores precisarão ter a sensibilidade e a preparação necessária para conhecer os problemas que afetam a sociedade, estando capazes de propor atividades didáticas capazes de tornar o aluno agente de sua própria aprendizagem, e que esta possa ser traduzida em ações construídas com base no conhecimento adquirido.

Em outras palavras, “é preciso considerar um investimento educativo contínuo e sistemático para que o professor se desenvolva como profissional de educação” (BRASIL, 1997, p.30).

A temática é extremamente rica e tem sido foco de discussão de inúmeros e diversificados trabalhos, entre eles: Guerra (2014), Lopes e Teixeira (2013), Biondo *et al.* (2011), Azevedo e Fernandes (2010), Costa (2009) e Guerra e Abílio (2005).

Por fim, este e outros trabalhos apontados se colocam no sentido que analisar os saberes docentes sobre a questão ambiental, entender os possíveis caminhos de sua prática social e pedagógica, as concepções que possuem e como agem em relação aos problemas ambientais, no contexto local e escolar. É nesse sentido que a Educação Ambiental ensinada na escola se constitui como uma possibilidade de contribuir para uma educação de qualidade por meio de Espaços Educações Sustentáveis, garantindo o respeito à vida e a todos os cidadãos que partilham dessa realidade que se vive hoje.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Conhecer as possíveis dificuldades encontradas pelos professores de ensino fundamental II e médio ao tratar sobre Educação Ambiental em sala de aula; visando buscar alternativas que possam favorecer a sua formação continuada.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apresentar a importância do meio ambiente;
- Identificar formas de trabalhar a interdisciplinaridade;
- Propor que a Educação Ambiental passe a fazer parte do Projeto Político Pedagógico da escola;
- Propor espaços/leitura sobre a temática para aperfeiçoamento profissional e formação continuada.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho retrata uma pesquisa de fonte documental e tratamento quantitativo, que segundo Richardson (1999, p.70):

Caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc.

Ainda segundo o autor, esse tipo de pesquisa é “aplicado nos estudos descritivos, naqueles que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis, bem como nos que investigam a relação entre fenômenos” (RICHARDSON, 1989, p. 70). O autor ressalta que para coletar os dados poderão

ser utilizados questionários, testes padronizados, entrevistas e observações. A sua análise é geralmente apresentada por tabelas e gráficos.

O estudo foi realizado através de um questionário *online*, com perguntas fechadas, que foi enviado para 95 (noventa e cinco) professores da rede pública estadual, onde nesse total resultou em 45 (quarenta e cinco) participações. O questionário buscou compreender a forma como a Educação Ambiental faz parte do dia-a-dia desses professores e também da sua prática docente.

Todos os 45 (quarenta e cinco) professores participantes da pesquisa trabalham em escolas públicas estaduais, na cidade de Franca/SP, lecionando diversas disciplinas, que no estudo foram divididos pelas grandes áreas do conhecimento: exatas, humanas e biológicas. A cidade de Franca conta com 43 (quarenta e três) escolas públicas estaduais de ensino fundamental II e médio, das quais 19 (dezenove) participaram da pesquisa.

Foi investigado o interesse dos professores pela educação ambiental, tendo por parâmetros alguns pontos principais: assuntos relacionados com o Meio Ambiente; economia de água e energia elétrica; reciclagem; consumo consciente e sustentável; formação profissional; conteúdo curricular.

A partir das respostas obtidas, foram elaborados gráficos e tabelas para análise do perfil dos participantes e os resultados foram discutidos tendo por base a literatura existente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram da pesquisa um total de 45 (quarenta e cinco) professores, sendo 39 (trinta e nove) mulheres e 6 (seis) homens. Essa predominância no sexo feminino corrobora os resultados obtidos pelo Censo do Professor, realizado em 2007, onde mais de 90% dos professores brasileiros, que lecionam na educação básica, são mulheres. Segundo o Censo do Professor (2007, p. 22) “somente na educação profissional encontra-se situação distinta, pois há predominância de professores do sexo masculino”.

A faixa etária dos professores é bem variada: 15 (33%) deles possuem entre 21 e 30 anos, 20 (45%) entre 31 e 40 anos e os 10 (22%) professores restantes possuem mais de 41 anos.

De acordo com Crespo (2008, p. 65) a idade é um fator que faz diferença no interesse em relação às questões ambientais. Segundo ela:

Ao longo de dez anos, está confirmado o fato de que os mais velhos (55 anos ou mais) têm menor interesse, independentemente da classe social e do nível de escolaridade. Na primeira pesquisa, a outra extremidade da pirâmide de idade, os mais jovens (16 até 22 anos) também se mostravam pouco interessados. Entre os jovens essa tendência vem sendo rapidamente revertida, talvez devido à proliferação de programas de educação ambiental normalmente destinados às faixas escolares ou ao fato de que ser ambientalista tornou-se “politicamente correto”.

Quanto ao tempo de atuação 22 professores (49%) estão na rede de ensino entre 1 e 5 anos, 12 professores (27%) entre 6 e 10 anos e os 11 professores (24%) restantes atual a mais de 10 anos.

A distribuição desses docentes em relação as grandes áreas de atuação estão assim distribuídas: 22 dos professores (49%) são de disciplinas relacionadas de Ciências Humanas, 15 professores (33%) são de Ciências Biológicas e os 8 professores (18%) restantes são de Ciências Exatas.

De todos os professores participantes, apenas 1 (2%) possui mestrado, 19 (42%) possuem especialização e os outros 25 (56%) restantes possuem somente ensino superior. Neste ponto, abre-se um espaço para a discussão da formação inicial dos professores, que segundo Pimenta (2005) deve desenvolver nos futuros professores conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que lhes possibilitem permanentemente construir seus saberes-fazeres docentes a partir das necessidades e desafios que o ensino como prática

social lhes coloca no cotidiano.

Adentrando no foco principal dessa pesquisa, em relação ao interesse por assuntos relacionados com o Meio Ambiente. A maioria dos entrevistados (31) dizem ser interessadíssimos pelo assunto (69%); menos da metade deles (12) são razoavelmente interessados (27%) e uma pequena parte (2) são pouco interessados pelo tema (4%), conforme aponta Figura 1.

Figura 1 - Qualificação do interesse por assuntos relacionados com o Meio Ambiente.



Fonte: Elaborado pelos autores.

É importante destacar que essa mesma constatação foi relatada por Azevedo e Fernandes (2010) em sua pesquisa sobre interesse docente em relação ao meio ambiente. Os autores apontaram que o percentual dos que manifestaram interesse (“muito interessado” e “interessado”) chegou a 89,0%.

A questão 2 analisava a percepção ambiental dos docentes em relação a alguns temas e atitudes ambientais, conforme aponta Tabela 1.

Tabela 1 - Percentuais de percepção ambiental dos docentes

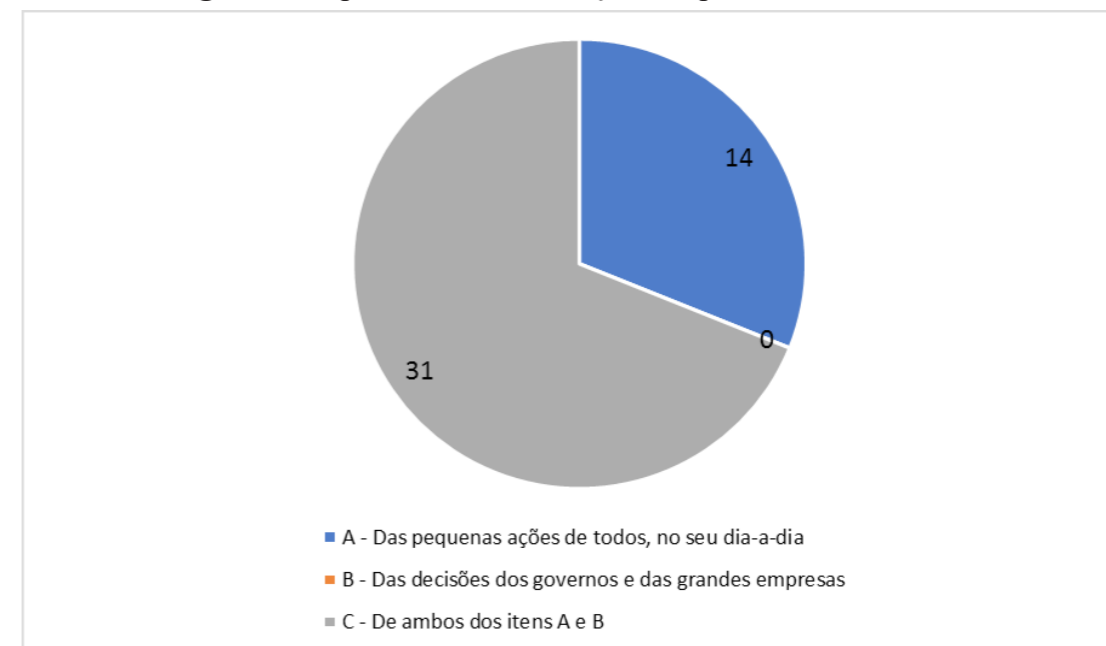
	Economiza água?	Economiza energia elétrica?	Utiliza papel reciclado?	Separação dos resíduos?	Reduz consumo de itens supérfluos
Sim	89	78	21	58	42
Não	11	22	14	11	2
Às Vezes	Não se aplica	Não se aplica	65	31	56

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota-se que as ações mais praticadas são economia de água e energia, seguido da separação de resíduos, redução de consumo e uso de papel reciclado. Pode-se considerar que o percentual maior em relação à economia de água, deve-se pela própria consciência adquirida em virtude da escassez desse recurso natural sofrido nos últimos tempos pela população, interligado diretamente a questão da energia elétrica.

A questão 3 abordava sobre a responsabilidade de resolver os problemas ambientais. Como opções de respostas tínhamos: A - Das pequenas ações de todos, no seu dia-a-dia; que foi escolhida por uma pequena parte dos entrevistados (14 – 31%); B - Das decisões dos governos e das grandes empresas; que não representou a opinião de nenhum dos professores e C - De ambos dos itens A e B; sendo escolhida pela maioria dos entrevistados (31 – 69%), conforme aponta a Figura 2.

Figura 2 – Opiniões sobre a solução dos problemas ambientais.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Partindo para a formação profissional foi indagado na questão 4 sobre existência de aulas/disciplinas sobre Educação ambiental na sua formação inicial, onde dos 45 professores mais da metade (26) (58%) não tiveram essa formação, conforme consta na figura 3. É importante ressaltar que desses 26 professores, 15 (58%) são formados em Ciências Humanas, 7 (27%) em Ciências Exatas e 4 (14%) em Ciências Biológicas.

De acordo com Oliveira (2007, p. 450), não há políticas públicas explícitas e consolidadas para a formação ambiental em nível superior. Esse fato é confirmado em outras pesquisas sobre educação ambiental, como no relato de Costa (2009, p.178), que aponta:

Apesar da determinação legal e das latentes demandas sociais por uma educação que contemple o saber ambiental para uma formação plena para a cidadania, estudos apontam uma deficiente formação em EA nas Instituições de Ensino Superior (IES), inclusive na formação de professores.

Em sua pesquisa Costa (2009) constatou que apenas o curso de licenciatura em Ciências Biológicas pontua a Educação Ambiental como um dos objetivos do curso no momento em que evoca a necessidade do formando assumir o papel de educador, atuando na formação do cidadão, inclusive na perspectiva socioambiental. O autor ainda ressalta:

No caso da licenciatura em Ciências Biológicas, se postula a necessidade de haver uma disciplina

obrigatória em EA, visto que a relação do EA com esta disciplina é muito próxima, e acredita-se que o professor de ciências/biologia deve ter um preparo maior que os demais para tratar do tema.

Em outros cursos de graduação, como Geografia, Costa (2009, p.181) observou que a Educação ambiental aparece como disciplina complementar, para o autor o tema “evoca de modo genérico a necessidade de uma consciência socioambiental na execução da sua atividade docente”.

Guerra *et al.* (2014) reforçam ainda que os graduandos, futuros profissionais e gestores dos diversos setores da sociedade, necessitam que durante sua formação sejam criados, no ambiente universitário, espaços democráticos para uma reflexão crítica no sentido de ressignificar conceitos, repensar estilos de vida e de consumo responsável, como possibilidade de enfrentar a crise e às vulnerabilidades frente aos riscos ambientais, em um mundo cada vez mais interdependente e globalizado.

A questão 5 abordava sobre a importância da formação ambiental nos cursos de graduação, para que os estudantes saibam como contribuir com a sustentabilidades, 37 (82%) dos professores entrevistados considera ser muito importante e 8 (18%) deles dizem ser apenas importante, como consta na Figura 4.

Costa (2009, p.183), revelou que:

O fato da EA ser tratada como tema transversal e não como disciplina específica, ela acaba ficando ‘órfã’ no embate das disciplinas. O aluno, por sua vez, tende a priorizar a apropriação das disciplinas curricularmente estabelecidas, relegando a Educação Ambiental a um segundo plano.

A questão 6 visava saber a quantidade de professores que trabalham Educação ambiental em sua disciplina. Dos entrevistados, 32 professores (71%) trabalham com o tema em sua disciplina e apenas 13 (29%) disseram não trabalhar. Os professores que não trabalham a temática na sua maioria formados em Ciências Humanas (9 - 70%) e restante (4 - 30%) em Ciências Exatas.

Os professores foram indagados na questão 7 sobre a facilidade em trabalhar a questão ambiental em sala de aula, 42 (93%) acham fácil aplicar a questão ambiental em sua disciplina, contra apenas 3 professores (7%) que consideram difícil trabalhar com o assunto (Figura 6).

Essa dificuldade apontada por 3 professores, tem-se como explicação, segundo Ferreira (2012), a falta de materiais didáticos adequados para trabalho, a não adequação dos disponíveis para a realidade local e a falta de capacitação dos professores, conforme observa-se na Figura 9.

Em contrapartida, nota-se que a grande maioria dos entrevistados não encontram dificuldades em trabalhar com a temática Educação Ambiental em sala de aula, esse resultado pode estar relacionado com a formação inicial desses professores, já que dos 45 entrevistados, 15 (33%) são formados em disciplinas da área de Ciências Biológicas e 22 (49%) são formados em Ciências Humanas, nos levando novamente ao estudo feito por Costa (2009), onde só foi encontrada formação inicial em Educação Ambiental nos cursos de Ciências Biológicas e Geografia.

Dos entrevistados, 18% (8) professores acham que a educação ambiental não deveria ser introduzida como nova disciplina, contra 82% (37) que acreditam ser uma boa medida.

Uma das professoras entrevistadas, disse que “quando a gente diz que não há necessidade de uma nova disciplina é porque facilmente se trabalha o assunto entre as disciplinas”.

Segundo Oliveira (2007, p.105) é bastante recorrente a pergunta, “mas por que a educação ambiental não pode ser uma disciplina”? A resposta vem com o silêncio sobre a aceitação de que a PNEA - Lei nº 9.795/99, art.10 em seu 1º parágrafo diz que “a educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino”.

Figura 3 – Número de docentes que tiveram ou não na sua formação profissional aulas/disciplinas sobre educação ambiental.

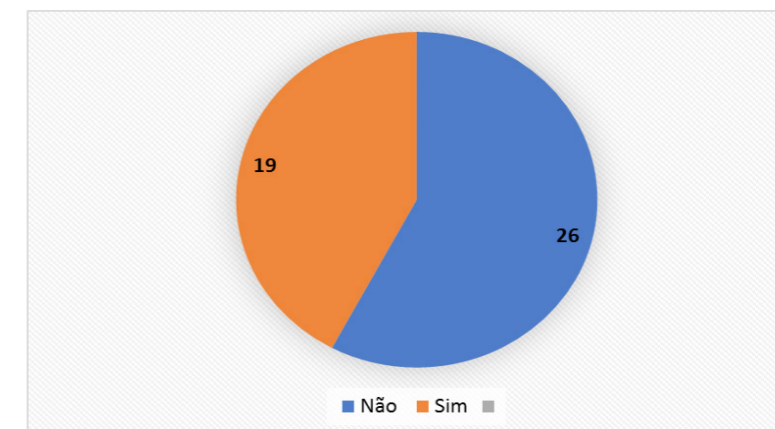


Figura 4 – Importância da formação ambiental nos cursos de graduação.

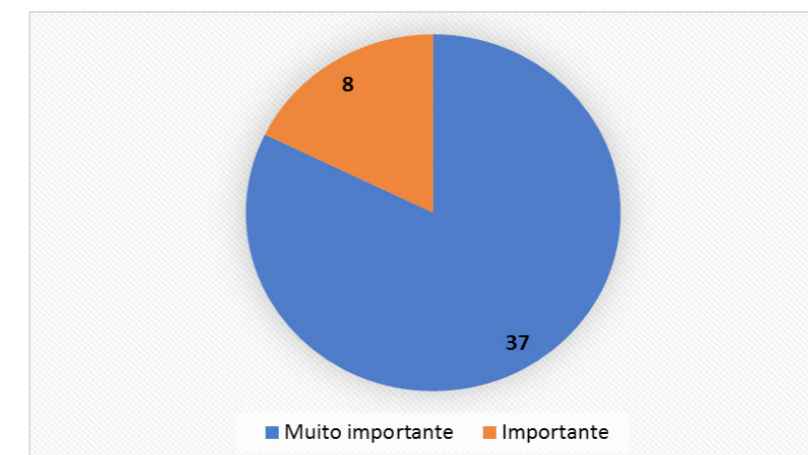
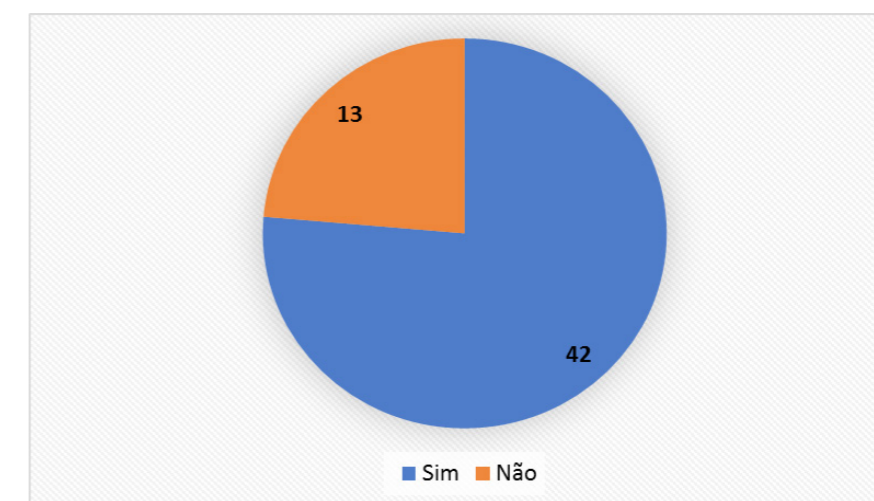


Figura 5 – Número de docentes que trabalham ou não o tema educação ambiental na sua disciplina.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 6 – Facilidade na aplicabilidade da disciplina escolar em relação a questão ambiental.

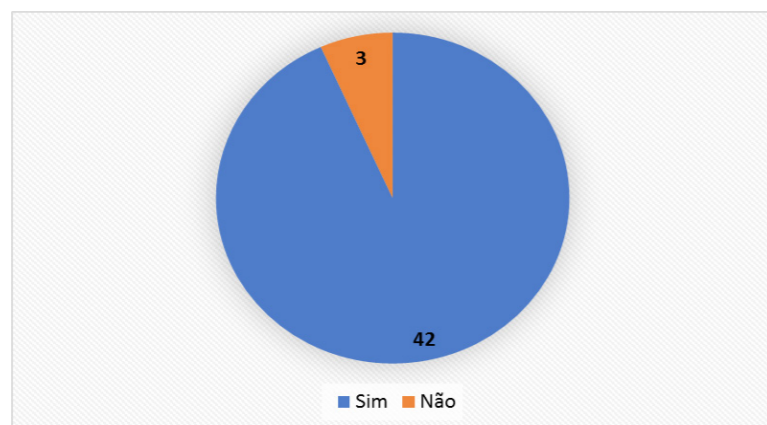


Figura 7 – Número de docentes que acreditam ou não que a educação ambiental deva ser introduzida como nova disciplina curricular.

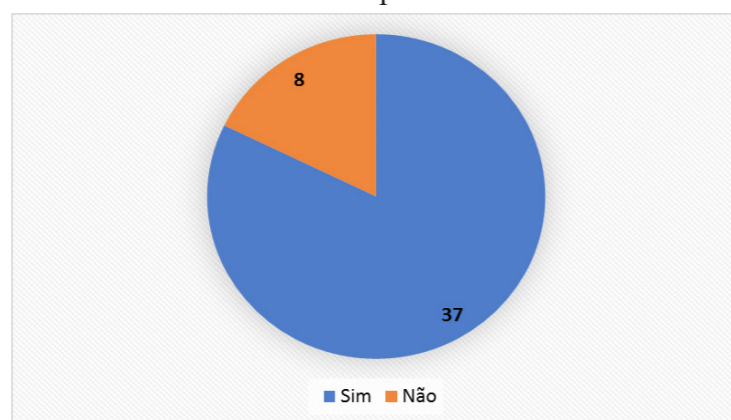
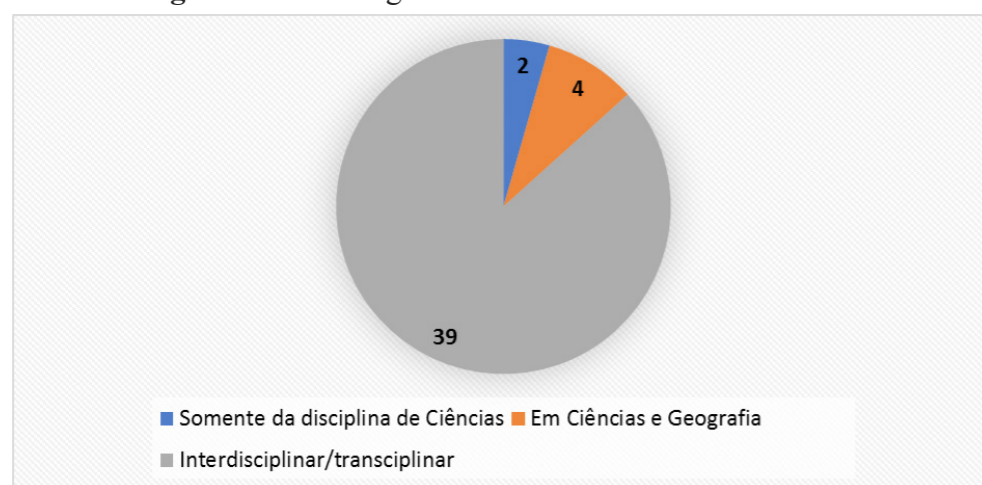


Figura 8 – Abordagem da temática ambiental na escola.



Fonte: Elaborado pelos autores.

A autora ainda diz que um argumento muito utilizado para defender a não criação de uma disciplina é a suposição de que, havendo um profissional na escola dedicado ao assunto, os outros professores não se envolveriam com a questão.

Em seguida, na questão 9, os entrevistados foram questionados sobre a responsabilidade em abordar a temática ambiental em sala de aula. Uma pequena parte 4% (2) diz que deveria ser trabalhado apenas na disciplina de ciências, 9% (4) diz que deveria ser trabalhado entre ciências e geografia e a grande maioria dos entrevistados 87% (39) diz que deveria ser trabalhado de forma interdisciplinar/transdisciplinar.

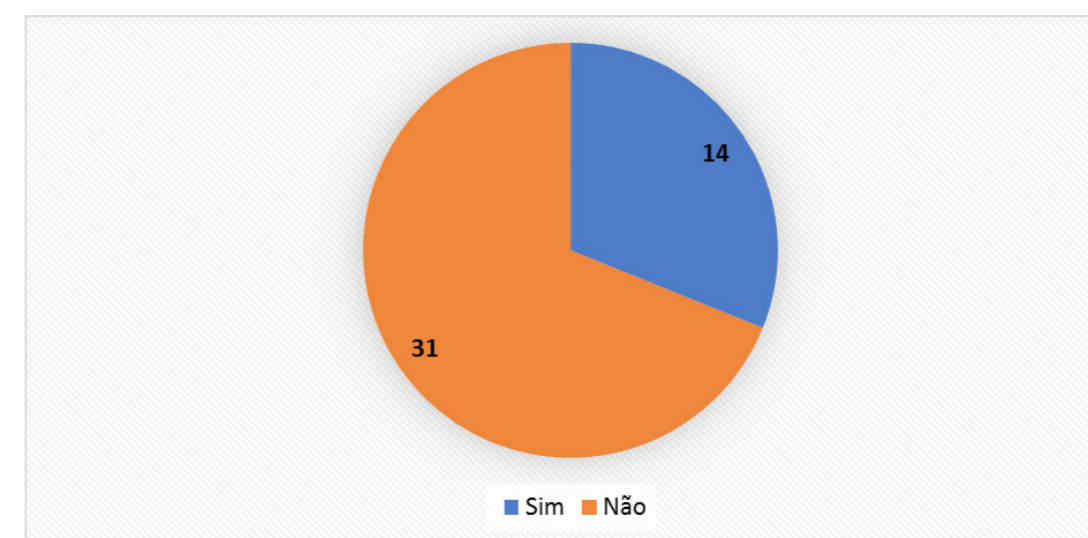
O PCN do Meio Ambiente defende que a Educação Ambiental deve ser trabalhada de forma transversal.

Trabalhar de forma transversal significa buscar a transformação dos conceitos, a explicitação de valores e a inclusão de procedimentos, sempre vinculados à realidade cotidiana da sociedade, de modo que obtenha cidadãos mais participantes. Cada professor, dentro da especificidade de sua área, deve adequar o tratamento dos conteúdos para contemplar o Tema Meio Ambiente, assim como os demais Temas Transversais. Essa adequação pressupõe um compromisso com as relações interpessoais no âmbito da escola, para haver explicitação dos valores que se quer transmitir e coerência entre eles e os experimentados na vivência escolar, buscando desenvolver a capacidade de todos para intervir na realidade e transformá-la, tendo essa capacidade relação direta com o acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade. (BRASIL, 1997, p.193)

Segundo Ferreira (2012) o ensino da Educação Ambiental deve ser inserido no ambiente escolar, permeando todas as disciplinas e estimulando reflexões e ações neste contexto. É necessário envolver alunos, professores, funcionário e comunidade escolar e que essas ações sejam incluídas num projeto maior que constasse no Projeto Político Pedagógico da escola.

A grande maioria dos professores 69% (31) responderam na questão 10 que não existe oportunidades para aperfeiçoamento dos professores em Educação Ambiental, como consta na Figura 9.

Figura 9 – Existência ou não de oferta para aperfeiçoamento do professor em Educação Ambiental.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Traçando um paralelo com as questões anteriores, pode-se considerar que os docentes possuem consciência da importância e acreditam muito na educação ambiental como a principal alternativa para a preservação do meio e a reversão do quadro de degradação ambiental, conforme também apontaram Azevedo e Fernandes (2010) em sua pesquisa. No entanto, os docentes afirmam, em sua maioria, que não são oferecidos aperfeiçoamento para trabalhar a temática.

A PNEA estabelece que:

Art. 11. A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas. Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999, p.2).

Contudo, além do investimento na formação continuada desses profissionais, uma jornada de trabalho adequada, bem como a melhoria dos salários são elementos necessários para a valorização do trabalho docente (VIANA; OLIVEIRA, 2006 apud BIONDO *et al.*, 2010).

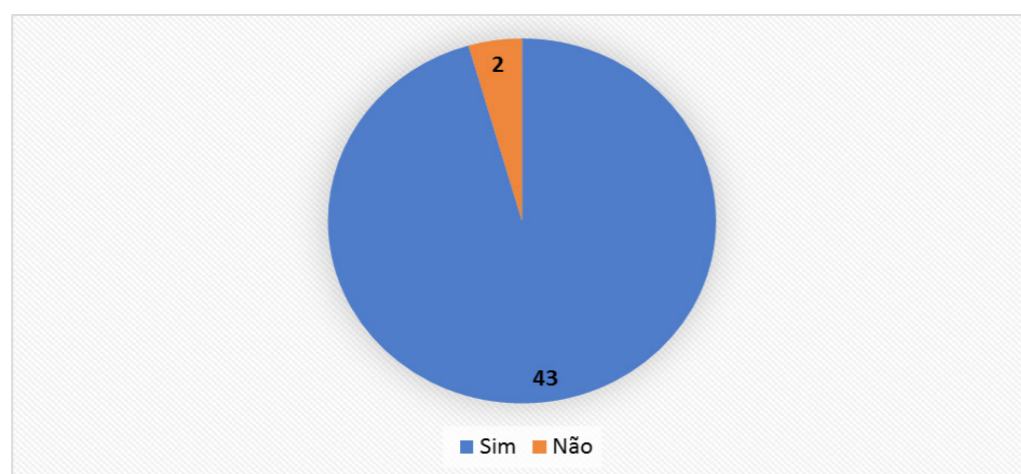
Sobre a possibilidade de aperfeiçoamento, questão 11, a maioria dos entrevistados 96% (43) estão abertos a receber indicações sobre leituras a respeito da Educação Ambiental.

Dos entrevistados, 87% (39) tem interesse em receber orientações sobre cursos presenciais e online sobre Educação Ambiental.

Neste sentido, foi disponibilizado aos entrevistados, por meio de cartaz fixado na Unidade Escolar e encaminhado por e-mail, indicações a respeito de leituras de textos, artigos e livros disponíveis *online* e no Acervo do Professor, encaminhados pelo MEC por meio do Programa Nacional Biblioteca na Escola, com o intuito colocá-los a par da temática ambiental e também fazer com que se sintam preparados para incluir o assunto em suas disciplinas.

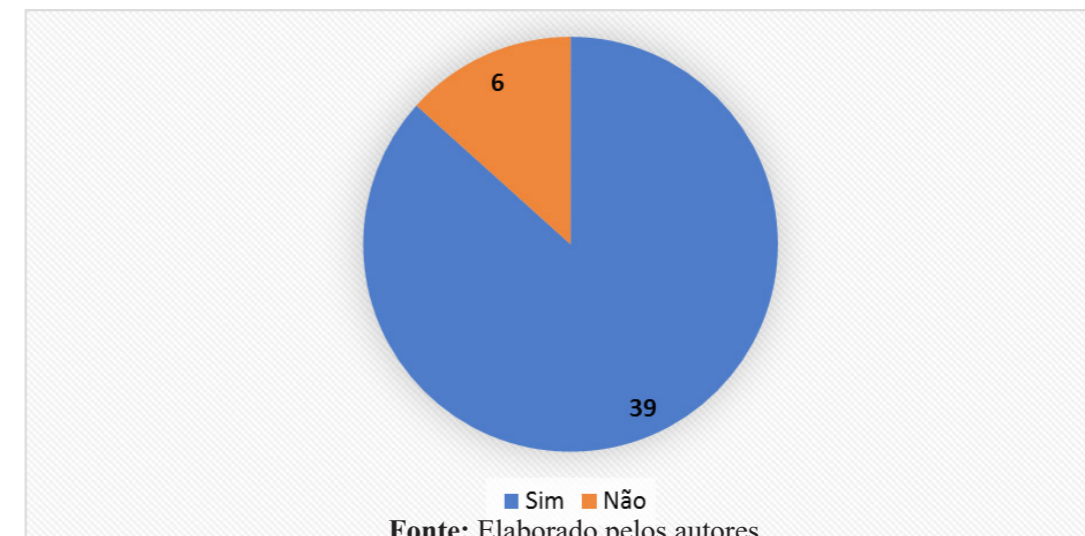
Em relação a capacitação, é grande a disponibilidade de cursos de formação continuada em educação ambiental, desde cursos livres, extensão, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado. O foco foi oferecer cursos gratuitos para quem sabe atrair mais professores a participar. Desse modo, também foi encaminhado por e-mail e disponível na Unidade Escolar, indicações de cursos *online*.

Figura 10 – Quantidade de interessados em receber indicações de leituras sobre Educação Ambiental.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 11 - Quantidade de interessados em cursos em Educação Ambiental.



Fonte: Elaborado pelos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A todo instante somos alertados sobre a degradação do meio ambiente. Muitos desses problemas estão ligados a forma com que atuamos sobre ele, onde uma simples atitude individual pode trazer o “caos” para a coletividade. Por isso, simples mudanças pessoais podem causar uma mudança em nosso planeta.

Pensando em formas de minimizar os problemas ambientais, a escola deve agir como agente formador buscando influenciar o comportamento das pessoas. Por isso, a Política Nacional de Meio Ambiente estabelece que a Educação Ambiental deve ser trabalhada em todas as modalidades de ensino:

Art. 2º. A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. (BRASIL, 1999)

Porém, mesmo estando pautado em leis, uma grande parte dos professores não possui formação inicial para trabalhar o tema em sala de aula, alguns nem mesmo possuem bons hábitos a favor do meio ambiente.

Entretanto, observou-se que a maioria se mostrou preocupado diante de simples atitudes, mas que podem fazer a diferença a longo prazo, como: economizar água e energia elétrica, utilizar papel reciclado, separar resíduos e reduzir o consumo de itens supérfluos. Observou-se também que mais da metade dos entrevistados acreditam que a solução para resolver os problemas ambientais não depende apenas de decisões governamentais (políticas públicas) e de grandes empresas, mas de ações individuais em prol da coletividade.

Analisando a formação inicial desses professores notou-se que apenas os formandos em Ciências Biológicas e Geografia tiveram a Educação Ambiental como disciplina em sua graduação, mostrando a necessidade desses profissionais assumirem o papel de “educador ambiental”. Mesmo diante dessa realidade, a grande parte dos entrevistados entendem que a Educação Ambiental deve ser trabalhada por todas as disciplinas, respeitando a transversalidade proposta pelos PCNs. Mas, mesmo diante do exposto, a maioria dos professores não consegue trabalhar o assunto, pois além da formação inicial também falta a oportunidade de formação continuada. Quase todos os entrevistados se mostraram abertos a receber

indicações a respeito de leituras e cursos sobre a temática ambiental.

Desse modo, é importante que o assunto seja contemplado no Projeto Político Pedagógico (PPP) das Unidades Escolares de modo a aliar teoria e prática. Na medida em que o PPP for assumido pelos professores e pela comunidade escolar, ele poderá servir de referência para um trabalho interdisciplinar, realizado por todos os profissionais da escola, visando à formação plena do educando.

Por fim, trabalhar com a Educação Ambiental é um dever de todos; o tema precisa fazer parte do dia-a-dia escolar, para isso ações governamentais são necessárias para formação dos professores, para que eles possam agir como agentes formadores, buscando aumentar a perspectiva ambiental dos demais cidadãos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, D.S.A.; FERNANDES, K. L. F. Educação ambiental na Escola: um estudo sobre os saberes docentes. **Educ. foco**, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, p. 95-119, set. 2009/fev. 2010. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2011/10/Artigo-05-14.2.pdf>. Acesso em: 12 set. 2016.

BIONDO, E. *et al.* Dificuldades percebidas pelos professores da educação básica do Vale do Taquari/RS na aplicação de projetos de educação ambiental. **Educação Ambiental em Ação**, n.34, ano IX, dez/2010 - fev./2011. Disponível em: <http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=914>. Acesso em: 12 out. 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm Acesso em: 15 out. 2016

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente**. v.8. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Educação Ambiental: Por um Brasil sustentável**. 4.ed. Brasília: Órgão gestor da PNEA, 2014. Disponível em: https://www.mma.gov.br/images/arquivo/80221/pronea_4educacao_web-1.pdf. Acesso em: 15 out. 2016.

COSTA, R. G. A. Um olhar crítico sobre a educação ambiental na formação de professores em uma instituição de ensino superior gaúcha. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, v. 22, jan./jul. 2009. Disponível em: <https://www.seer.furg.br/remea/article/view/2824/1591>. Acesso em: 12 set. 2016.

CRESPO, S.. Opinião Pública. In: TRIGUEIRO, André. (Coord.) **Meio Ambiente no século 21**. Campinas. Editora Autores Associados, 2008. p. 59-74.

FERREIRA, C. E. A. **O meio ambiente na prática de escolas públicas da rede estadual de São Paulo: intenções e possibilidades**. São Paulo, 2010. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, USP.

GUERRA, A. F. S. *et al.* A temática ambiental e a sustentabilidade nos cursos de graduação da UNIVALI: caminhos para a ambientalização curricular na universidade. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, v.

Especial, p.121-134, mai. 2014. Disponível em: <https://www.seer.furg.br/remea/article/view/4435/2788>. Acesso em: 12 out. 2016.

GUERRA, R. A. T.; ABÍLIO, F. J. P. Meio Ambiente e Educação Ambiental: formação continuada de professores de Ensino Fundamental do Município de Pitimbu-PB. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA E PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE, 2005b, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2005. p. 513-514

GUERRA, R. A. T.; GUSMÃO, C. R. C. A implementação da Educação Ambiental numa escola de ensino fundamental. In: AZEITEIRO, U. M. et al (Org.). **Tendências actuais em Educação Ambiental. Discursos: língua, cultura e sociedade**, Número Especial, Lisboa: Universidade Aberta, 2004, p.329-346.

LISBOA, C. P., KINDEL, E. A. I. (Org.) **Educação Ambiental: da teoria à prática**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

LOPES, M. M.; TEIXEIRA, D. A Bacia Hidrográfica como ferramenta para educação ambiental: contribuições do Comitês da Bacia Hidrográfica CBH-MOGI (SP). In: SANTOS NETO, J. L. **Um horizonte chamado educação: perspectivas e caminhos**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

OLIVEIRA, H. T. Educação ambiental – ser ou não ser uma disciplina: essa é a principal questão? In: MELLO, S. S.; TRAJBER, R. (Coord.). **Vamos cuidar do Brasil: Conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf>. Acesso em: 15 out. 2016

OLIVEIRA, H. T. O processo de ambientalização curricular na Universidade Federal de São Carlos nos contextos de ensino, pesquisa, extensão e gestão ambiental. In: SORRENTINO, M.; TRAJBER, R. (Org.). **Perspectivas da educação ambiental na região ibero-americana: Conferências CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL., Conferências**. 5. Rio de Janeiro: Associação projeto Roda Vida, 2007.

PIMENTA, S. G. (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2014.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.